

Relato da 160ª Reunião do Plenário

No dia 3 de dezembro de 2025, pelas 10h00, realizou-se, no Conselho Nacional de Educação (CNE), a centésima sexagésima sessão plenária, com a seguinte ordem de trabalhos:

09h50 – Tomada de posse de novos conselheiros.

10h00 – 1. Informações.

2. Apreciação do relato da 159ª Sessão Plenária.

3. Intervenção da Senhora Conselheira Helena Albuquerque a propósito do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

4. Análise e discussão do projeto de Recomendação *Sustentabilidade da inovação pedagógica nas escolas: Suporte, Monitorização, Avaliação, Reconhecimento e Transferência (SMART)*.

5. Ponto de situação quanto à concretização do Plano de Atividades 2025 pelos senhores conselheiros coordenadores das comissões.

6. Outros assuntos.

Tomaram posse Catarina Cerqueira, designada pelo grupo parlamentar Livre, Manuel José Damásio, designado pela Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP), e Ana Maria Leal de Faria, designada pela Academia Portuguesa da História.

Dando as boas-vindas a todos, o presidente começou por anunciar a saída, no início de 2026, do conselheiro Paulo Sucena, cujo trabalho no CNE tem sido muito valorizado, pelas frequentes intervenções pertinentes, ricas e assertivas, ao longo dos últimos 30 anos. Ao presidente associaram-se outros conselheiros – José Luís Presa, David Rodrigues, Anabela Sotaia e Manuel Gomes –, que lembraram o seu papel imprescindível neste conselho, nomeadamente na elaboração de consensos. Foi proposta a menção de um louvor, registado neste relato, ao conselheiro Paulo Sucena. O voto de louvor foi aprovado por unanimidade, com uma forte ovação.

O presidente continuou no ponto um da ordem de trabalhos, informando sobre as últimas atividades desenvolvidas pelo CNE, especificamente no âmbito dos seminários *Educação Inteligente: a Escola na Era da IA* e *Sucesso e Insucesso no Ensino Superior*. Referiu ainda que: a) a divulgação da publicação *Estado da Educação 2024*, está prevista para dia 9 de dezembro, através da comunicação social; b) o DICA 2025 sairá em março de 2026 e; c) as próximas sessões plenárias decorrerão durante a primeira quinzena de março e a primeira quinzena de maio.

Enquadrado no ponto dois da ordem de trabalhos, o relato da 159ª sessão foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, foi dada a palavra à conselheira Helena Albuquerque, presidente da Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, que, neste Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, proferiu uma intervenção relativa à educação inclusiva, realçando o papel que a escola deve ter na defesa da dignidade dos alunos com deficiência. Os conselheiros Fernando Magalhães, David Rodrigues e Ângela

Lemos louvaram a intervenção da conselheira Helena Albuquerque (em anexo), tendo o primeiro conselheiro sublinhado a importância dos estabelecimentos de ensino especial, que, atento o contexto, correm o risco de encerramento. Foi igualmente salientada a necessidade de se pensar a educação inclusiva também ao nível da educação superior.

Passando ao ponto quatro da ordem de trabalhos, a Coordenadora da 2ª Comissão Especializada Permanente (CEP), na presença dos relatores Manuel Gomes e Nuno Ferro, apresentou o projeto de Recomendação *Sustentabilidade da inovação pedagógica nas escolas: Suporte, Monitorização, Avaliação, Reconhecimento e Transferência (SMART)*. Seguiu-se a intervenção dos conselheiros Rodrigo Queirós e Melo, Amélia Lopes e Jesus Maria Fernandes, que elogiaram a recomendação, tendo pedido alguns esclarecimentos. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Dando cumprimento ao ponto cinco da ordem de trabalhos, sobre o ponto de situação quanto à concretização do Plano de Atividades 2025, os conselheiros coordenadores das comissões tomaram da palavra. Iniciou o conselheiro Rodrigo Queirós e Melo, coordenador da Comissão Eventual (CE). Referiu o trabalho desenvolvido no âmbito da recolha de dados sobre o ensino da música em Portugal, através de um inquérito aplicado pela CE. Daqui resultarão dados muito importantes, até agora desconhecidos, sobre o número de alunos que frequentam os cursos do ensino geral da música, do ensino artístico especializado e do ensino profissional, assim como a sua distribuição geográfica. Será depois elaborada uma recomendação. Seguiu-se o coordenador da 6ª CEP, conselheiro António Firmino da Costa, referindo as diferentes solicitações de pareceres à comissão, por parte do governo e da Assembleia da República, no que respeita às transformações que o superior tem sofrido, em especial sobre questões constantes do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e da revisão da ação social, também na educação superior. Sobre a 5ª CEP, a conselheira Patrícia Ávila destacou a elaboração de três *Webinars*, cuja frequência e avaliação foram muito positivas. Prepara-se agora uma publicação sobre diversidade linguística e inclusão (com base no seminário do ano passado) assim como uma recomendação sobre o mesmo tema. No âmbito da 4ª CEP, e perante a ausência da coordenadora, o presidente referiu a preparação de um estudo, com base num questionário e em audições, sobre os auxiliares operacionais; uma recomendação sobre a indução na profissão docente e; um seminário que decorrerá em maio de 2026. A propósito da 3ª CEP, o conselheiro António Neto Mendes referiu a preparação de um relatório técnico, de audições e de um seminário para recolha de perspetivas e práticas sobre a transferência de competências para os municípios na área da educação. A conselheira Flávia Vieira, coordenadora da 2ª CEP, realçou o trabalho desenvolvido, que culminou na elaboração da proposta de recomendação que o plenário acabou de aprovar. Destacou ainda a elaboração de uma publicação, já *online*, sobre a inovação pedagógica nas escolas e os 18 cenários encontrados, que, juntamente com o trabalho mais recente sobre a sua sustentabilidade, constituirá matéria para uma publicação integrada, em suporte de papel. A conselheira Jesus Maria Fernandes evidenciou o trabalho que a 1ª CEP está a desenvolver sobre o currículo integrado dos 6 aos 12 anos, com base: nas raízes históricas do 2º ciclo em Portugal; na recolha de posições tomadas pelo CNE, por diferentes autores de artigos e pelos programas dos últimos governos; no estudo comparativo de treze países e; nas audições a especialistas na matéria, contando igualmente com contributos escritos de

especialistas estrangeiros. Prevê a apresentação da proposta de recomendação para a sessão plenária de março de 2026.

Não havendo outros assuntos a tratar, o presidente agradeceu mais uma vez a presença e o contributo de todos e deu por terminada a reunião do plenário, pelas doze horas e quarenta minutos.

ANEXO

Intervenção da Conselheira Helena Albuquerque

Conselho Nacional de Educação | 3 de dezembro de 2025 – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Nacional da Educação,

Prof. Doutor Domingos Fernandes,

Excelentíssimos Senhores Conselheiros,

Excelentíssimas Senhoras Conselheiras

Assinalamos hoje o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído pela ONU para reforçar a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência. Esta data lembra-nos, todos os anos, que o caminho da inclusão é inadiável e que a escola tem um papel determinante na construção de uma sociedade mais justa.

Permitam-me, por isso, trazer a este plenário um tema que nos é particularmente caro: o da Educação Inclusiva. Falamos de uma abordagem que garante que todas as pessoas — independentemente das suas características físicas, cognitivas, sensoriais, sociais, culturais ou emocionais — tenham acesso, participação e aprendizagem plena na escola. Promover educação inclusiva significa criar condições reais de equidade, onde cada estudante é reconhecido, apoiado e valorizado nas suas diferenças.

Antes de partilhar convosco algumas das minhas muitas das minhas preocupações, na área da Educação, quero começar por reconhecer aqueles que, no terreno, tornam esta intenção uma prática viva e diária.

Quero homenagear os professores e professoras, com especial apreço para as professoras e professores do Ensino Especial que reinventam as suas metodologias, que acolhem, adaptam e escutam com atenção. Profissionais que insistem em ver competências onde outros veem obstáculos, e que dão corpo a uma escola que acredita no potencial de cada aluno.

Quero igualmente destacar as equipas de apoio — terapeutas, psicólogos, assistentes operacionais, intérpretes e os profissionais dos Centros de Recursos para a Inclusão — que cuidam, orientam, sensibilizam e fortalecem vínculos essenciais à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Quero reconhecer hoje aqui o trabalho meritório de muitas direções de Agrupamento e coordenações pedagógicas que trabalham diariamente para criar ambientes mais acessíveis e equitativos.

E, por fim, quero saudar as famílias, que partilham dúvidas, angústias e conquistas, lembrando-nos sempre que a inclusão nasce na empatia e se sustenta no compromisso partilhado.

Contudo, apesar de tantos esforços e de tantos exemplos inspiradores, sabemos que ainda existe um caminho longo e exigente pela frente. Agradeço, assim, ao Senhor Presidente do Conselho esta oportunidade para partilhar algumas das minhas muitas preocupações relativas à concretização plena da educação inclusiva em Portugal.

Aquilo que nos chega de profissionais, de famílias e das próprias crianças e jovens evidencia alguma inconsistência na resposta das escolas. O atendimento varia de acordo com as pessoas envolvidas, revelando desigualdades profundas. Isto demonstra que, apesar de algum empenho do Ministério da Educação, muitas medidas têm sido insuficientes, fragmentadas e pouco articuladas, não refletindo, na prática, o compromisso necessário para transformar a legislação em realidade.

Recordo que em 2023 a OCDE publicou o relatório “Strength through Diversity”, que avaliou a implementação da educação inclusiva em Portugal. Este relatório reconhece que o nosso país possui uma das legislações mais avançadas da Europa, mas identifica falhas significativas na sua implementação.

Sublinha três áreas prioritárias:

1. **Um financiamento claramente insuficiente**, que limita a capacidade de resposta dos agentes educativos;
2. **A preparação inicial inadequada dos docentes** e a falta de formação contínua robusta nas áreas da diversidade, equidade e inclusão.
3. **A ausência de critérios universais de ação**, que reduzam desigualdades entre agrupamentos e escolas de diferentes contextos culturais, geográficos e socioeconómicos.

Estas três prioridades são sentidas diariamente por todos os que trabalham na educação inclusiva.

Permitam-me contudo destacar aqui duas áreas absolutamente cruciais, que precisam de ser repensadas e reforçadas com urgência: a **Intervenção Precoce na Infância** e os **Centros de Recursos para a Inclusão (CRI)**.

A Intervenção Precoce, dirigida a crianças dos 0 aos 6 anos, é talvez uma das respostas mais transformadoras no setor da inclusão. Quando bem implementada, pode alterar trajetórias, reduzir atrasos no desenvolvimento e evitar dificuldades sérias na idade adulta. Contudo, as equipas de Intervenção Precoce estão subfinanciadas. O número de acordos é muito inferior ao número de casos que urge atender. As listas de espera crescem e muitas crianças são atendidas pela urgência da sua situação, sem que as organizações recebam qualquer compensação adicional.

Esta situação é injusta, insustentável e contraditória com o que sabemos ser decisivo: **quanto mais cedo se intervém, maiores são as oportunidades de desenvolvimento saudável**.

No que diz respeito aos CRI, que desempenham funções essenciais previstas no Decreto-Lei n.º 54/2018, a sua importância é inegável. Os CRI favorecem a inclusão de alunos com necessidades complexas, reduzem barreiras, reforçam práticas pedagógicas e articulam saúde, educação e inclusão de forma integrada. Contudo, a realidade mostra que continua a existir uma grande indefinição quanto ao seu enquadramento, missão e estabilidade.

As certificações anuais e tardias impedem as organizações de programar com segurança e consistência o funcionamento destas equipas. O modelo de financiamento e a precariedade laboral afastam técnicos qualificados.

Verificamos ainda um desvio entre o que a legislação prevê para as equipas dos Centros de recursos para a Inclusão — ações de sensibilização, formação e construção de ambientes inclusivos — e aquilo que, na prática, as escolas solicitam prioritariamente: **apoios terapêuticos individualizados**, que não devem ser a única vertente de atuação.

Temos recebido dezenas de relatos de profissionais, famílias e alunos com deficiência que confirmam falhas no sistema atual.

É evidente para todos nós que houve um retrocesso no apoio aos jovens com deficiência, o que se reflete no aumento notório da procura de escolas especiais. Este dado, por si só, deve preocupar-nos profundamente.

A vida das crianças e jovens com deficiência não pode ficar suspensa à espera de decisões políticas ou de grupos de trabalho de resultados morosos.

A urgência das suas necessidades exige respostas rápidas, estáveis e articuladas.

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros,

Queria terminar esta intervenção reafirmando algo que considero essencial: apesar das dificuldades e fragilidades do sistema, existem equipas extraordinárias, profissionais incansáveis e comunidades educativas inteiras que provam, todos os dias, que uma escola inclusiva é possível. Uma escola onde cada criança se sente acolhida, valorizada e feliz; uma escola que reconhece cada aluno como cidadão de pleno direito.

É a estas pessoas que hoje prestamos homenagem. E é com elas — e por Todos os alunos — que devemos continuar a construir uma educação onde ninguém fique para trás e onde a inclusão deixe de ser apenas uma intenção para se tornar um facto plenamente vivido em todas as escolas do nosso país.

Muito obrigada pela atenção

.